

Educação Financeira e Decisões de Consumo: Um estudo de caso no Instituto Agronômico do Paraná

BRUNO CHIMENTÃO PUNHAGUI

Universidade Estadual de Londrina - UEL
bchimentao@yahoo.com.br

SAULO FABIANO AMÂNCIO VIEIRA

Universidade Estadual de Londrina - UEL
saulofav@gmail.com

Educação Financeira e Decisões de Consumo: Um estudo de caso no Instituto Agrônômico do Paraná

1 Introdução

Após anos sofrendo com inflação e instabilidade financeira, nos tempos de hoje o consumidor brasileiro lida de outra maneira com o dinheiro. Hoje, o poder de compra dos brasileiros, além de ter aumentado, conta também com a estabilidade, possibilitando um jeito diferente de gerenciar suas despesas e cuidar da saúde financeira.

Antigamente, era necessário gastar, em curto prazo, tudo o que ganhava para não perder o poder de compra. Hoje, com as diversas opções e o aumento da oferta de crédito, o consumidor pode pensar, em longo prazo, em como controlar seus gastos.

Neste contexto, o indivíduo precisa ter o domínio de um amplo número de informações, se destacando a importância da educação financeira. Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005), educação financeira serve para melhorar o entendimento sobre os conceitos financeiros e instruir para melhor aproveitar as oportunidades financeiras em meio aos riscos existentes. Quando aprimorada, ela ajuda o indivíduo a aumentar, gerir e acumular renda de maneira mais simples e segura.

A educação financeira é pouco explorada no Brasil, o que não é o caso de países como os Estados Unidos e de alguns países da Europa, que já a oferecem como disciplina nas escolas. Algumas instituições, tanto públicas quanto privadas, auxiliam por iniciativa própria a levar o conhecimento financeiro às pessoas, mas não é o suficiente para que a população se sinta preparada para tomar decisões seguras de mercado e negócios.

No Brasil, os principais cursos de graduação que oferecem em suas grades curriculares matérias relacionadas a finanças são os de Administração, Ciências Contábeis e Economia. Nenhum deles trabalha especificadamente com a educação financeira pessoal, mas trabalha com finanças organizacionais, ensinando-os a administrar os riscos e a gerenciar as despesas organizacionais.

Como a educação financeira não é um assunto muito discutido no país, fica-se a dúvida sobre o que influencia no conhecimento sobre controle de gastos e composição de endividamento dos brasileiros: seria a escolaridade do indivíduo? Seria a experiência profissional? Sendo assim, surge o seguinte problema da presente pesquisa: Qual o impacto da experiência profissional como servidor público dos funcionários do IAPAR no processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento?

O presente trabalho tem como objetivo analisar se a experiência profissional como servidor público influencia no processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento dos funcionários do IAPAR. Também se pretende detectar as habilidades em reconhecer e manipular conceitos chave em finanças, analisar a atitude dos pesquisados em relação às decisões financeiras e analisar o perfil socioeconômico da população estudada.

Este trabalho torna-se relevante pelo fato de haver poucos estudos sobre este tema no Brasil. Apesar de já ser muito trabalhado em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, no Brasil ainda há uma precariedade em termos acadêmicos nessa área. Outro motivo é por se tratar de um estudo com servidores públicos, pois será interessante descobrir qual o nível da educação financeira de pessoas que possuem estabilidade na carreira profissional e por se tratar de funcionários de uma grande empresa situada em Londrina-PR que tem grande respaldo, não somente no Brasil, mas também no mundo.

2 Referencial Teórico

Neste tópico serão abordados os seguintes itens: Educação financeira – Princípios norteadores, Educação financeira no mundo e no Brasil e um levantamento de pesquisas já realizadas na área.

2.1 Educação Financeira – Princípios Norteadores

Para falar sobre educação financeira, Lucci et al. (2006) faz uma análise sobre cada um dos termos: o termo financeira indica uma grande quantidade de atividades relacionadas ao controle monetário no dia-a-dia, como o uso do cartão de crédito, um financiamento, um empréstimo feito; o termo educação envolve o conhecimento de conceitos, atitudes e práticas necessárias para a formação e realização das tarefas financeiras.

A OCDE (2005, p. 26) mostra que as pessoas aumentam suas habilidades financeiras com a educação financeira através da informação, instrução e/ou conselho, onde: informação envolve o fornecimento de fatos, dados e conhecimento para tornar o indivíduo apto a entender os riscos e oportunidades financeiras; instrução envolve o provimento, através de treinamentos, da garantia de que o indivíduo adquira as habilidades financeiras para entender os termos e conceitos financeiros; e o conselho envolve o aconselhamento sobre diversas questões e produtos para que o indivíduo faça o melhor uso das informações e instruções que recebeu.

Segundo Gallery et al. (2007), não há um conceito universal de educação financeira, mas o mais utilizado é: “a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro” (LINES; SCHAGEN, 2006 apud GALLERY et al., 2007, p. 288, tradução nossa).

Para Lelis (2006 apud CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009), a educação financeira é importante, pois abrange informações de como aumentar a renda, reduzir despesas e gerenciar fundos, resumindo, como administrar o próprio dinheiro.

De acordo com Worthington (2006 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007):

[...] o conhecimento financeiro pode ser enquadrado em duas vertentes: pessoal e profissional. Do ponto de vista pessoal, é atrelado à compreensão da economia e de como as decisões das famílias são afetadas pelas circunstâncias econômicas. Inclui ainda tópicos da gestão de recursos, tais como: orçamento, poupança, investimento e seguro. No âmbito profissional, o conhecimento financeiro é vinculado à compreensão de relatórios financeiros, fluxos de caixa e mecanismos de governança corporativa das empresas (WORTHINGTON APUD SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Lucci et al. (2006) mostra que a educação financeira é importante sob várias perspectivas: a do bem estar pessoal, a qual os indivíduos tomam decisões que influenciam seu futuro e as consequências podem tanto desorganizar financeiramente a vida dele, como o comprometimento da carreira profissional; outra perspectiva é a do bem estar da sociedade, que pode culminar, em casos extremos, no descontrole dos sistemas públicos, ocasionando políticas de correção.

Segundo Pinheiro (2008), a educação financeira deve ser trabalhada desde o início da vida do ser humano. As crianças podem aprender melhor sobre o valor do dinheiro e a importância de poupar e planejar gastos. Os adolescentes terão conhecimento para tornar suas vidas mais independentes. Os adultos saberão como planejar suas vidas para grandes acontecimentos como o sustento da família, compra da casa própria e a aposentadoria. O autor também fala que isso contribui para que as famílias e os indivíduos não caiam em armadilhas forjadas por comerciantes fraudulentos e entrem em dificuldades financeiras.

Bernheim et al. (2001 apud PENG et al., 2007) afirma que um indivíduo que teve um contato formal com a educação financeira sabe alocar de maneira mais segura e correta seus recursos e gerenciar seus investimentos do que uma pessoa que nunca estudou esse tipo de assunto. Ele diz em sua pesquisa que a educação financeira ajuda a pessoa a ter um maior sucesso quando o assunto é acumular ativos e controlar sua situação monetária.

De acordo com Pinheiro (2008), se o mundo tivesse se preocupado mais com a educação financeira de sua população, talvez a grande crise ocorrida em 2008 pudesse ter sido evitada, ou o impacto dela poderia ter sido menor.

2.2 Educação Financeira no Mundo e no Brasil

Pinheiro (2008) informa que um recente estudo da OCDE mostrou que o nível de educação financeira é escasso na maioria dos países. Um exemplo disso é o Japão, onde, dos adultos pesquisados, 71% não têm conhecimento sobre ações e títulos.

Holzmann e Miralles (2005) apontam que os países onde o processo de educação financeira está mais desenvolvido são os Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e alguns países da América Latina e Europa Central. Eles vêm desenvolvendo uma série de programas, por perceberem a importância desse tipo de educação para a população, utilizando ferramenta de treinamento e campanhas na mídia para esclarecer dúvidas em assuntos como investimento, poupança e crédito.

Apesar dos estudos de Hollzman e Miralles (2005) mostrarem locais onde a educação financeira está mais desenvolvida, Lusardi e Mitchell (2006) mostram que, apesar disso, estudos mostram que a população da maioria desses países ainda tem conhecimentos considerados abaixo do esperado. Um exemplo é uma pesquisa realizada em 2005 pela ANZ Banking Group, realizado na Austrália e Nova Zelândia sobre práticas financeiras dos consumidores. Na Austrália, a pesquisa foi feita em indivíduos acima de 18 anos com perguntas que envolviam fundamentos do investimento, planejamento para aposentadoria, matemática, entre outros. Na seção envolvendo termos financeiros, 67% dos entrevistados responderam que entendem de juros compostos, mas apenas 28% tiveram resultados considerados bons em compreensão quando encaram um problema para resolver. Na Nova Zelândia, os resultados obtidos foram similares.

Nos Estados Unidos existem muitas pesquisas com alunos do ensino médio com relação ao uso do cartão de crédito, como o caso do trabalho de Roberts e Jones (2001), a pesquisa deles mostrava como o uso do cartão de crédito influenciava nas atitudes financeiras dos estudantes. Pinheiro (2008) afirma que nos Estados Unidos e na Coreia do Sul, estudos feitos pela OCDE apontam que os estudantes do ensino médio não têm habilidades para escolher e administrar um cartão de crédito ou poupar para aposentadoria.

England e Chatterjee (2005) citam que em 2000, a DfES (Department for Education and Skills) emitiu um guia com práticas de educação financeira para ser implementado nas escolas da Inglaterra e País de Gales. O guia dava oportunidade para os alunos aprenderem conceitos financeiros em matérias como matemática e em atividades envolvendo administração. Na Escócia, foi lançado em 2002 o SCFE (Scottish Centre for Financial Education), com o objetivo de ajudar professores, escolas e autoridades educacionais a prover a todos os seus estudantes o conhecimento básico de educação financeira.

Savoia, Saito e Santana (2007) fazem um levantamento das principais ações desenvolvidas por várias instituições, empresas e órgãos governamentais no que diz respeito à prática da educação financeira no Brasil:

- Ministério da Educação e Cultura (MEC): O MEC não obriga o ensino da educação financeira nas instituições de ensino. Recomenda estimular, no ensino da matemática, a interpretação de textos com conteúdo econômico, saber relacionar a matemática com os demais campos do conhecimento, entre outros. O MEC, em conjunto com o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, e as secretarias da Fazenda e de Educação dos estados, está implementando o Programa Nacional de Educação Fiscal, com o objetivo de levar o conhecimento fiscal aos indivíduos.

- Comissão de Valores Mobiliários (CVM): O CVM oferece palestras e cartilhas gratuitas sanando dúvidas quanto a investimentos.
- Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa): A Bovespa possui o programa educacional Bovespa, para aqueles que querem entender sobre bolsa de valores e o mercado acionário.
- Serasa: O Serasa possui o Guia Serasa de orientação ao cidadão, ele auxilia na gestão dos recursos financeiros.
- Federação Brasileira de Bancos (Febraban): O Febraban fornece informações a respeito do uso de produtos financeiros, por exemplo o cartão de crédito, caixa automático, entre outros.
- Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid): O Anbid estimula a formação de investidores, divulgando os conceitos sobre investimento pessoal.

No dia 22 de dezembro de 2010, foi instituída pelo decreto nº 7397 a ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira, a qual, de acordo com o artigo 1º, tem “a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (ENEf, 2012, p. -). As diretrizes da ENEF são: (i) Programa de Estado, caráter permanente; (ii) Ações de interesse público; (iii) Âmbito Nacional; (iv) Gestão centralizada e execução descentralizada; (v) 3 níveis de atuação (informação, formação e orientação); (vi) Avaliação e revisão permanentes e periódicas.

O ENEF possui um programa chama “Educação Financeira nas Escolas”, ele foi feito para ensinar alunos a como se comportarem quando for preciso tomar uma decisão financeira. O programa é apresentado em forma de material didático, o Livro do Aluno e o Livro do Professor, ambos criados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Coremec conforme as diretrizes da ENEF. O Livro do Aluno contém diversas situações contextualizando os conceitos financeiros de forma didática, buscando esclarecer a presença do sistema financeiro nacional no nosso dia a dia. Em 2010, o programa começou a oferecido como projeto-piloto para algumas escolas. Os professores dessas escolas têm acesso a um curso de capacitação para a aplicação do material didático.

2.3 Levantamento de pesquisas realizadas

A pesquisa realizada por Vieira, Bataglia e Sereia (2011) tinha como objetivo analisar se a educação financeira obtida junto aos cursos de graduação influencia na atitude de consumo, poupança e investimento dos indivíduos. Foi aplicada em alunos de graduação dos Cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis de uma universidade pública do norte do Paraná. Para uma população de 610 alunos e amostra de 303, foi levado em conta apenas alunos do primeiro e último ano de cada curso. Os resultados foram que formação acadêmica contribui para a melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança dos indivíduos, mas os aspectos analisados não obtiveram relevância estatística significativa. Porém há também outras formas de conhecimento consideradas relevantes como a experiência prática e a família, que devem ser melhores analisadas em pesquisas futuras.

Savoia, Saito e Santana (2007) escreveram um artigo que propõe ações que auxiliam no engajamento dos agentes públicos e privados no programa de educação financeira. Os autores fizeram um levantamento bibliográfico e documental, para oferecer respaldo teórico qualitativo à pesquisa. Eles apontam visões de autores internacionais sobre o tema e comentam sobre a situação atual de países como Estados Unidos e Reino Unido. Na situação do Brasil, falaram de como é precária a situação financeira no país devido à falta de conhecimento e experiência dos agentes envolvidos na capacitação financeira. Ressaltaram também que falta ajuda do governo e de instituições de ensino e que eles são importantíssimos para levar a educação financeira à população.

Pinheiro (2008) busca em sua pesquisa ressaltar a importância da educação financeira para o segmento da previdência complementar. Mais especificamente, discute a promoção de práticas educativas como instrumento para (i) melhorar o funcionamento dos fundos de pensão, (ii) mudar hábitos culturais que podem prejudicar a qualidade de vida do brasileiro, como baixos níveis de poupança previdenciária, (iii) enfrentar as consequências advindas da transição demográfica e do risco de longevidade, (iv) permitir que o indivíduo realize escolhas financeiras adequadas ao seu perfil e (v) auxiliar as atividades do órgão governamental de fiscalização dos fundos de pensão. Destaca a experiência da OCDE em incentivar a educação financeira e relata como o Brasil introduziu a educação financeira e previdência em seus trabalhos.

Lucci et al. (2006) procura saber em sua pesquisa se a formação financeira influencia nas decisões de consumo e investimento. Foi realizada com alunos dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis. O questionário requeria conhecimentos em conceitos de fluxo de caixa, valor do dinheiro no tempo, custo de oportunidade e risco. Por fim, os autores viram que, assim como na pesquisa realizada por Bataglia, Sereia e Vieira (2011), o conhecimento em conceito sobre finanças aprendidos na universidade influenciou positivamente a qualidade da tomada de decisões financeiras.

Claudino, Nunes e Silva (2009) tinham como objetivo de sua pesquisa identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento de servidores públicos técnico-administrativos de uma instituição pública. Eles queriam descobrir também se havia a necessidade da implantação de um programa de educação financeira para suprir as carências apresentadas na pesquisa. Os resultados apontavam que o nível de educação financeira dos servidores era insuficiente e as principais deficiências na área eram: conhecimento da liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxa do cheque especial. Quanto ao endividamento, o nível era baixo. Concluindo, os autores viram que o nível de educação financeira influencia na composição do endividamento, porém mesmo com esse conhecimento, ainda há possibilidade de contrair dívidas de risco. Também descobriram que há a necessidade de um curso na área de gestão financeira para esses funcionários.

Ribeiro et al. (2009) procuraram em sua pesquisa avaliar a propensão ao endividamento e os gastos dos estudantes de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. Apesar de ela envolver estudantes como nas pesquisas de Lucci et al. (2006) e Vieira, Bataglia e Sereia (2011), essa pesquisa além de buscar saber a propensão do endividamento dos alunos, tinha como objetivo também avaliar a influência de fatores comportamentais (materialismo e uso de cartão de crédito) e de perfil (gênero, idade e religião). A pesquisa acabou revelando que os alunos do curso de Administração têm pouca propensão ao endividamento, gastando menos do que recebem. Os indivíduos mais religiosos e as mulheres se mostram mais propensos ao endividamento.

A pesquisa de England e Chatterjee (2005) visava mostrar um resumo das ações e efeitos da educação financeira por todo o Reino Unido, procurando apresentar todas as informações e contribuições para o desenvolvimento futuro da educação financeira, tanto para adultos como para crianças e adolescentes. Os autores usaram duas metodologias: uma revisão bibliográfica e entrevistas com vinte organizações envolvidas.

Lusardi e Mitchell (2006) mostraram em sua pesquisa como a população dos Estados Unidos tem sérios problemas quando se trata de aposentadoria. De acordo com os autores, isso se deve pela falta de conhecimento sobre os conceitos de poupar dinheiro e decisões sobre investimento. A pesquisa mostra como o governo e outras instituições financeiras têm reagido a essas informações e também como o exemplo de outros países, como Japão e Suécia, ajudam na formulação de novos programas de educação financeira.

Holzmann e Miralles (2005) em sua pesquisa falam do papel, limites e alternativas da educação financeira em se tratando de poupança para aposentadoria, com foco na experiência em países da Europa Central e Oriental. Os autores fazem um resumo sobre a educação financeira nos países vinculados a OCDE e concluem que o nível dela está baixo e com pouca eficácia. Com isso, a pesquisa explorava os impactos dos outros tipos de restrição no comportamento dos indivíduos sobre poupança para aposentadoria com base nos recentes resultados sobre “finança comportamental” e investigar o papel e os limites das “opções padrão”, uma abordagem cada vez mais valorizada para superar as restrições de informação. Os autores também citavam que pesquisas preliminares de importantes instituições políticas afirmavam que a educação financeira ainda precisa de maiores investimentos.

Peng et al. (2007) fizeram um estudo para identificar o impacto da educação financeira pessoal no ensino médio e superior. Um survey foi feito com questões sobre experiência financeira, participação em educação financeira, renda e características demográficas em 1039 alunos de uma universidade no centro-oeste dos Estados Unidos. Alguns resultados mostraram que participar de um curso de educação financeira no ensino médio estava mais relacionado a conhecimento sobre investimentos, a experiência com instrumentos financeiros apareceu para explicar mais a respeito da variância entre conhecimento sobre investimentos e taxas de poupança, não foi encontrada relação significativa entre estudar um curso de nível superior e conhecimento sobre investimentos e que a experiência financeira tem influência positiva quando se trata de poupança.

3 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa exploratória e descritiva, com a aplicação de um survey em servidores públicos do Instituto Agrônomo do Paraná-IAPAR, uma autarquia do governo do Estado do Paraná, sediada em Londrina-PR.

A ideia principal era fazer um censo com os funcionários do IAPAR, mas após conversas com a Diretoria de Recursos Humanos e, posteriormente, com a aplicação do questionário, constatou-se que não haveria possibilidade de fazer dessa forma, portanto foi feita através de amostragem por conveniência. A coleta de dados foi feita de forma estruturada, não disfarçada e aplicada pessoalmente. O instrumento de coleta de dados foi o questionário.

Para a aplicação da pesquisa, foi feito um levantamento junto à Diretoria de Recursos Humanos do IAPAR. A sede da instituição possui 410 funcionários, divididos em agentes de ciência & tecnologia A, B e C e pesquisadores A, B e C. O Departamento de Administração de Pessoal informou que, no período em que foi realizada a pesquisa, havia 50 funcionários de férias e em algum tipo de licença.

Agentes de ciência & tecnologia são funcionários que exercem cargos administrativos, cargos de apoio aos laboratórios e apoio às estações experimentais. O progresso nos cargos, de A para B e de B para C, tanto no caso dos agentes de ciência & tecnologia, como no caso dos pesquisadores, se dá através de titulação acadêmica e tempo de serviço.

Foram realizados contatos via telefone, emails e visitas às áreas dos funcionários. Conseguiu-se um total de 201 questionários respondidos, 160 de agentes de C&T e 41 de pesquisadores, representando 55,83% do total de funcionários presentes na instituição no período de coleta de dados.

Os métodos de análises dos dados são baseados em Lucci et al. (2006) que foram adaptados para esta pesquisa e são descritos, a seguir, indicando os objetivos a serem alcançados pela presente pesquisa.

Para responder ao objetivo específico que pretende detectar o nível de conhecimento sobre conceitos relacionados a educação financeira (habilidades em reconhecer e manipular conceitos chave em finanças) foram construídas duas hipóteses: H1: os agentes de ciência &

tecnologia possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos chave de finanças do que os pesquisadores; H2: os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência e Tecnologia) possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos chave de finanças do que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência e Tecnologia); Com o objetivo de testar as hipóteses H1 e H2, foram formuladas as questões abaixo com os seguintes objetivos:

Q3: busca-se apurar se as pessoas têm consciência de que investimentos têm níveis diferenciados de liquidez. A resposta esperada é a alternativa que indica bens móveis e imóveis como os menos líquidos, já que as demais alternativas indicam ativos de natureza financeira que, em condições normais, são mais líquidos que bens materiais.

Q5: verifica a aplicação prática de um conceito fundamental em finanças, que é o valor do dinheiro no tempo. A resposta correta é a alternativa “c”, na qual o respondente reconhece que as somas monetariamente iguais de recursos, mas aplicadas em momentos distintos, geram resultados distintos.

Q7: busca compreender se os pesquisados têm a percepção de que dívidas têm custos financeiros (sendo a resposta correta a alternativa “d”), na qual o respondente reconhece que dívidas “roladas” representam custos financeiros mais elevados.

Q9: avalia se o pesquisado tem a noção de que a antecipação de consumo está associada a um ônus (juros), na qual a resposta correta é dada pela alternativa “a”.

Q11: busca determinar se o pesquisado tem a noção de planejamento financeiro e poupança, cuja resposta correta é dada pelo item “b” (LUCCI ET AL., 2006)

Para responder ao segundo objetivo específico que busca analisar a atitude dos pesquisados em relação às decisões financeiras foram construídas seis hipóteses: H3: os agentes de ciência & tecnologia possuem maior propensão ao risco que os pesquisadores; H4: os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência & Tecnologia) possuem maior propensão ao risco que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência & Tecnologia); H5: os agentes de ciência & tecnologia possuem maior noção de segurança de ativos financeiros do que os pesquisadores; H6: os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência & Tecnologia) possuem maior noção de segurança de ativos financeiros do que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência & Tecnologia); H7: os agentes de ciência & tecnologia possuem menor propensão à poupança do que os pesquisadores; H8: os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência & Tecnologia) possuem menor propensão à poupança do que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência & Tecnologia).

Para testar as hipóteses H3, H4, H5, H6, H7 e H8 foram formuladas as questões abaixo com os seguintes objetivos:

Q4: busca medir sua propensão ao risco.

Q6: verifica a atitude dos respondentes no que se refere à propensão a poupança. As respostas apresentam-se em ordem decrescente de tendência a guardar recursos, sendo a alternativa “a” a resposta esperada dos mais propensos à prevenção, enquanto a alternativa “d” seria a opção esperada para os mais consumistas.

Q8: avalia a atitude do pesquisado em face do problema prático apresentado na Q7, isto é, da percepção de que dívidas têm custos financeiros.

Q10: busca verificar a posição que o pesquisado adotaria em face de uma situação como a apresentada na Q9, ou seja, se o pesquisado tem a noção de que a antecipação de consumo está associada a um ônus (juros).

Q12: avalia qual a noção que o pesquisado tem de ativo que oferece maior segurança.

Q24: busca avaliar a atitude frente ao endividamento, indo da aversão às dívidas ao endividamento irresponsável, passando pelo endividamento responsável (LUCCI ET AL., 2006)

Na questão 1 busca-se avaliar a auto percepção dos entrevistados quanto ao seu nível de conhecimento sobre educação financeira e a sua segurança quanto à tomada de decisões relacionadas a finanças.

A questão 2 procura entender de que forma foram adquiridos os conhecimentos dos pesquisados, considerando que o aprendizado não se concebe a partir de uma única fonte, mas de diversas experiências ao longo da vida.

As questões 13 a 23 foram formuladas para a obtenção do perfil socioeconômico dos indivíduos. A questão 16 foi baseada no período em que um servidor público pode permanecer na função e a questão 18 foi baseada no anexo IV do decreto 2.071/11 (Tabelas de Remuneração Vigentes em 2011).

4 Apresentação e análise dos dados coletados

A análise das informações levantadas pelo instrumento de coletas de dados após sofrer o tratamento e codificação, sistematização e digitação para o banco de dados foram submetidos à determinação de indicadores que deram suporte a análise e interpretação.

O resultado do tratamento estatístico apresentados pelos relatórios que foram submetidos à análise e interpretações das questões individuais em que se descreve o perfil dos respondentes, a atitude dos indivíduos em relação às decisões financeiras e o nível de conhecimento sobre educação financeira.

4.1 Perfil dos respondentes

Quanto ao perfil, os funcionários do IAPAR podem ser descritos pelos indicadores de características individuais levantadas pela presente pesquisa. A população pesquisada é formada predominantemente por pessoas do sexo masculino, compondo do total 70,65%, com idade concentrada de 41 a 60 anos (60,70%). Quanto ao estado civil, a maioria (67,16%) é composta por casados.

Em relação ao grau de escolaridade, 48,26% dos funcionários já buscaram alguma formação além da graduação, sendo 21,89% pós-graduação, 7,96% mestrado e 18,41% doutorado.

A renda pessoal é concentrada (40%) na faixa de 6 a 9 salários, considerando o salário mínimo em torno de R\$ 465,00, a faixa em termos financeiros estaria de R\$ 2790,00 a R\$ 4185,00. Já a renda familiar, há uma melhoria no nível de renda, praticamente toda população (94,29%) fica acima de 6 salários, e um aumento considerável na faixa de 10 a 13 salários, de 17,14% para 25,71%, e na faixa acima de 13 salários, de 17,14% para 31,43%.

Em relação aos gastos pessoais, estima-se que 40,40% dos funcionários gastam a renda pessoal com despesas gerais, 15,57% gastam a renda com despesas pessoais, 13,04% da renda para empréstimos e financiamentos, 13,07% para poupança e investimentos, 50,31% para complemento do orçamento familiar e 9,74% é destinado para outros tipos de despesas.

A renda pessoal é concentrada nas faixas de menor remuneração, pois 50,25% ganham até R\$ 3.500,00 por mês, sendo que 24,38% ganham no máximo, R\$ 2.100,00 por mês.

4.2 Apresentação dos dados coletados

Quanto ao que se refere à segurança para tratar com questões financeiras, tratada na questão 1, praticamente metade dos agentes de C&T A entrevistados (54,29%) não sentem muita segurança no seu conhecimento financeiro, apesar de boa parte se sentirem seguros de certa forma. Dos agentes de C&T B, a maioria se diz razoavelmente seguro com os seus conhecimentos na gestão de seu próprio dinheiro (70,24%), enquanto um pouco mais da metade dos agentes de C&T C (56,10%) tiveram a mesma resposta. Quanto aos pesquisadores, os de nível A se sentem bem confiantes com seus conhecimentos nessa área e

quanto aos de nível B e C, praticamente metade (52,17% e 50%, respectivamente) não se sentem muito confiantes.

A questão 3 tinha como objetivo analisar o conhecimento dos entrevistados referente ao conceito de liquidez, a maioria dos entrevistados responderam a alternativa correta, bens (imóveis), porém destaca-se o fato de 35,63% dos agentes de C&T não acertarem a questão, sendo que apenas 14,63% dos pesquisadores responderam de forma incorreta.

Tabela 1 - Cruzamento entre qual cargo o entrevistado pertence com qual recurso ele investiria sem ter prazo definido para resgatar.

Cargo\Perfil do investidor	Ações	Fundos de investimento de risco médio	Poupança	Bens (imóveis)	Total geral
Agente de C&T A	2 5,71%	6 17,14%	2 5,71%	25 71,43%	35 100%
Agente de C&T B	8 9,52%	6 7,14%	20 23,81%	50 59,52%	84 100%
Agente de C&T C	2 4,88%	6 14,63%	10 24,39%	23 56,10%	41 100%
Pesquisador A		2 50%	2 50%		4 100%
Pesquisador B		5 21,7%	2 8,7%	16 69,6%	23 100%
Pesquisador C		8 57,14%	3 21,43%	3 21,43%	14 100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o objetivo de avaliar a propensão ao risco dos pesquisados, na questão 4, conforme a tabela 1, eles foram mais conservadores, 61,25% dos agentes de C&T e 46,34% dos pesquisadores responderam que investiriam em bens (imóveis), evitando correr muitos riscos. Entre os agentes de C&T, a segunda opção mais assinalada, no nível A, foi a de fundos de investimento de risco médio (17,14%), e nos níveis B e C, foi a poupança (23,81% e 24,39%, respectivamente). Dos pesquisadores, metade dos de nível A afirmaram que investiriam na poupança e a outra metade em fundos de investimento de risco médio. Dos de nível B, a maioria (69,60%) respondeu que investiriam em bens (imóveis) e um pouco mais da metade dos de nível C investiriam em fundos de investimento de risco médio (57,14%), enquanto as opções poupança e bens (imóveis) também foram assinaladas (21,43% em ambas).

Na questão 5, os pesquisados tinham que demonstrar capacidade de compreender o conceito relativo a juros compostos, 85,07% dos entrevistados acertaram a questão, porém boa parte dos agentes de C&T A erraram a questão (34,29%). Um dado marcante é a quantidade de agentes de C&T que não acertaram a questão. Dos 160 entrevistados, 27 (16,88%), independente do nível, não mostraram ter total conhecimento sobre juros compostos.

A questão 6 tinha como objetivo a situação dos entrevistados em relação à aposentadoria, a grande maioria dos agentes de C&T não poupam para a aposentadoria, o mais preocupante está nos níveis A e B, os quais a maioria assinalaram que não se preocuparam com isso ainda (34,29% e 29,76%, respectivamente). Entre os pesquisadores, metade dos de nível A afirmaram que têm planos para começar a poupar e a outra metade não vê a necessidade disso. Uma parte da maioria dos pesquisadores B afirma fazer poupança

própria para a aposentadoria (39,13%) e outra parte dessa maioria diz que tem planos para começar a poupar (39,13%). A maioria dos pesquisadores C opta por ter apenas a aposentadoria do governo (42,86%).

Tabela 2 - Cruzamento entre qual cargo o entrevistado pertence com a capacidade de compreender que as operações com cartões de crédito geram despesas financeiras elevadas quando é postergado o pagamento total da fatura.

Cargo\Quem pagaria mais despesas do cartão de crédito	Ellen	Pedro	Luís	Nanci	Não responderam	Total geral
Agente de C&T A	2 5,71%			31 88,57%	2 5,71%	35 100%
Agente de C&T B	14 16,67%	4 4,76%	4 4,76%	62 73,81%		84 100%
Agente de C&T C	7 17,07%			34 82,93%		41 100%
Pesquisador A				4 100%		4 100%
Pesquisador B	5 21,74%			18 78,26%		23 100%
Pesquisador C	5 35,71%			9 64,29%		14 100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

A questão 7 avalia a percepção dos pesquisados com relação a dívidas e os custos financeiros, de acordo com a tabela 2, a maioria dos entrevistados acertaram a questão, mostrando compreender que as operações com cartões de crédito geram despesas financeiras elevadas quando é postergado o pagamento total da fatura. Os maiores índices de erro são dos pesquisadores C (35,71%) e dos agentes de C&T B (21,74%). O que torna os dados expostos nessa tabela preocupantes, é que dos 201 funcionários pesquisados, 41, ou seja, 20,40% se mostraram equivocados sobre conceitos envolvendo o uso do cartão de crédito. Do total de agentes de C&T, 19,38% erraram a questão, e dos pesquisadores, 24,39%.

A questão 8 pedia para que os entrevistados apontassem qual seria a ação deles no caso da pergunta anterior, apesar de alguns pesquisadores terem errado a questão 7, todos eles responderam a forma mais correta de agir. A maioria dos agentes de C&T também assinalou a alternativa que demonstrava a forma mais correta de agir, porém 13,13% responderam outras ações que eles tomariam.

Na questão nove avaliava se o pesquisado tem a noção de que a antecipação de consumo está associada a um ônus (juros), dos 160 agentes de C&T entrevistados, 52 (32,5%) afirmaram que quem paga mais por um bem é aquele que poupa e paga à vista. Desses 52 que erraram a questão, 31 (59,62%) são agentes de C&T B, um fato relevante que demonstra uma quantidade excessiva de funcionários que têm dificuldade quando o assunto envolve taxas de juros. Dos pesquisadores, 26,83% assinalaram a alternativa incorreta.

A questão 10 mostrava uma situação parecida com a da questão 9, mas pedia para os entrevistados assinalar qual ação eles tomariam na compra de um carro, com exceção dos pesquisadores A, a maioria dos pesquisados opta por poupar por 15 meses e comprar o carro à vista. No caso desses pesquisadores A, metade prefere aderir ao financiamento em 24 vezes e

a outra metade prefere poupar 8 meses e financiar o resto em 8 prestações. A opção menos assinalada foi a de aderir ao financiamento.

A questão 11 que avalia a noção de planeamento financeiro dos pesquisados, a maioria acertou a questão. No caso dos agentes de C&T, 9,38% erraram a pergunta e dos pesquisadores, 9,75%, sendo todos eles pesquisadores B.

O objetivo da questão 12 era avaliar qual a noção que o pesquisado tem de ativo que ele julga que melhor protegeria uma família em caso de desemprego, a alternativa com o maior número de respostas foi a de aplicação financeira. Boa parte dos agentes de C&T A (17,14%) e pesquisadores B (26,08%) apontaram o depósito em conta corrente e dos agentes de C&T B e C, a segunda opção mais assinalada foi a aplicação em bens como carro ou imóvel (17,86% e 21,95%, respectivamente). No total, 80,63% dos agentes de C&T acertaram a questão e 80,49% dos pesquisadores também.

Tabela 3- Cruzamento entre qual cargo o entrevistado pertence com se ele possui alguma dívida.

Cargo\Possui dívidas	Sim, financ. a longo prazo	Sim, não sei como irei pagá-las	Sim, vou pagá-las em pouco tempo	Não, não tenho dívidas pessoais	Não responderam	Total geral
Agente de C&T A	12 34,29%		11 31,43%	8 22,86%	4 11,43%	35 100%
Agente de C&T B	40 47,62%	4 4,76%	15 17,86%	21 25,00%	4 4,76%	84 100%
Agente de C&T C	15 36,59%	1 2,44%	10 24,39%	13 31,71%	2 4,88%	41 100%
Pesquisador A	2 50%			2 50%		4 100%
Pesquisador B	9 39,13%		12 52,17%	2 8,70%		23 100%
Pesquisador C	2 14,29%			12 85,71%		14 100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na questão 24, os entrevistados deveriam responder se eles possuíam alguma dívida, analisando a tabela 3, percebe-se que a maioria dos agentes de C&T possuem financiamentos a longo prazo. Mais de 20% não possuem dívidas pessoais, apenas no caso dos de níveis B e C houve afirmativas de que possuem dívidas, mas não sabem como irá pagá-las (4,76% e 2,44%, respectivamente) e boa parte dos de nível A afirmou possuir dívidas, mas irá pagá-las em pouco tempo (31,43%). Dos pesquisadores A, metade afirmou possuir financiamentos de longo prazo e a outra metade respondeu que não possuem dívidas. A maioria dos pesquisadores B respondeu que possuem dívidas, mas irão pagá-las em pouco tempo (52,17%) e boa parte disse possuir financiamento a longo prazo (39,13%). Dos pesquisadores C, a maioria não possui dívidas (85,71%) e uma parte assinalou possuir financiamento a longo prazo (14,29%).

5 Considerações finais

A presente pesquisa tinha como objetivo analisar se a experiência profissional como servidor público influencia no processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento dos funcionários do IAPAR. Sendo assim foram formuladas hipóteses para satisfazer os objetivos específicos, sobre as quais se tem os seguintes dados:

a) “Detectar as habilidades em reconhecer e manipular conceitos chave em finanças”. Para atingir a este objetivo específico, foram formuladas duas hipóteses (H1 e H2) que serão apresentadas a seguir.

H1: “Os agentes de ciência & tecnologia possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos chave de finanças do que os pesquisadores”. De acordo com os cruzamentos feitos, não é possível afirmar com segurança que os agentes de ciência & tecnologia possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos chave de finanças que os pesquisadores, pois os dados apresentados se mostraram equilibrados para os dois lados. Os agentes de ciência & tecnologia tiveram maior nível de acerto nas questões referentes a despesas financeiras no cartão de crédito e à poupança. Enquanto os pesquisadores tiveram maior índice de acerto nas questões relativas a juros e outras despesas em financiamentos, liquidez de ativos financeiros e juros compostos.

H2: “os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência e Tecnologia) possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos chave de finanças do que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência e Tecnologia)”. Analisando os cruzamentos feitos, não há certeza de que os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência e Tecnologia) possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos chave de finanças do que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência e Tecnologia), pois, assim como em H1, os dados apresentados se mostraram equilibrados para os dois lados. Os agentes de ciência e tecnologia C tiveram maior nível de acerto nas questões relacionadas a juros e outras despesas em financiamentos, liquidez de ativos financeiros e juros compostos. Enquanto os agentes de ciência & tecnologia A tiveram maior índice de acerto nas questões referentes a despesas financeiras no cartão de crédito e à poupança.

b) “Analisar a atitude dos pesquisados em relação às decisões financeiras”. Para atingir a este objetivo específico foram formuladas seis hipóteses (H3, H4, H5, H6, H7 e H8) que serão apresentadas a seguir.

H3: “Os agentes de ciência & tecnologia possuem maior propensão ao risco que os pesquisadores”. Esta hipótese não pode ser considerada verdadeira, pois de acordo com os dados apresentados, os agentes de ciência & tecnologia tendem a aplicar seus recursos em investimento de pouco ou nenhum risco, como a aquisição de bens e a poupança, já que 83,13% assinalaram estas alternativas e 16,87% apresentaram a tendência de aplicar seus recursos em investimentos de médio e alto risco, como ações e outras aplicações. No caso dos pesquisadores, 63,41% responderam as alternativas relativas à aplicação de seus cursos em investimento de pouco ou nenhum risco, como a aquisição de bens e a poupança e uma percentagem maior em comparação aos agentes de ciência & tecnologia, 36,59%, aplicariam em investimentos de médio e alto risco, como ações e outras aplicações.

H4: “Os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência & Tecnologia) possuem maior propensão ao risco que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência & Tecnologia)”. Esta hipótese não pode ser evidenciada, pois analisando os dados apresentados, os agentes de ciência & tecnologia C tendem a aplicar seus recursos em investimento de pouco ou nenhum risco, como a aquisição de bens e a poupança, já que 80,49% assinalaram estas alternativas. O mesmo ocorre com os agentes de ciência & tecnologia A, no caso deles, 77,14% responderam estas mesmas alternativas.

H5: “Os agentes de ciência & tecnologia possuem maior noção de segurança de ativos financeiros do que os pesquisadores”. Analisando os dados apresentados, não é possível afirmar com segurança que os agentes de ciência & tecnologia possuem maior noção de segurança de ativos financeiros do que os pesquisadores, pois dos agentes de ciência & tecnologia, 80,63% responderam a alternativa que correspondia ao ativo que oferecia maior segurança financeira e no caso dos pesquisadores, 80,49%. A diferença percentual é muito pequena para confirmar a hipótese.

H6: “Os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência & Tecnologia) possuem maior noção de segurança de ativos financeiros do que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência & Tecnologia)”. Esta hipótese não pode ser confirmada, pois de acordo com os dados apresentados, dos agentes de ciência & tecnologia C, 70,73% assinalaram a alternativa que indicava o ativo que oferecia maior segurança financeira. No caso dos agentes de ciência & tecnologia A o índice de acerto foi maior, 77,14%.

H7: “Os agentes de ciência & tecnologia possuem menor propensão à poupança do que os pesquisadores”. Esta hipótese pode ser considerada verdadeira, segundo os dados apresentados, 46,25% dos agentes de ciência & tecnologia se mostraram propensos à poupança, assinalando as alternativas referentes à já ter uma poupança própria para a aposentadoria ou a de já ter planos para começar a poupar. No caso dos pesquisadores, 58,54% responderam essas mesmas alternativas, indicando serem mais propensos à poupança.

H8: “Os agentes de ciência & tecnologia nível C (Profissional de Ciência & Tecnologia) possuem menor propensão à poupança do que os agentes de ciência & tecnologia nível A (Auxiliar de Ciência & Tecnologia). Esta hipótese não pode ser considerada verdadeira, pois ao analisar os dados confirmados, observa-se que 43,9% dos agentes de ciência & tecnologia C se mostraram propensos à poupança, assinalando as alternativas referentes à já ter uma poupança própria para a aposentadoria ou a de já ter planos para começar a poupar. No caso dos agentes de ciência & tecnologia A, 37,14% responderam essas mesmas alternativas, indicando serem mais propensos à poupança.

c) “Analisar o perfil socioeconômico da população estudada”. Para este objetivo específico não foi formulado nenhuma hipótese, tendo este objetivo apenas para levantar dados da população pesquisada e transformá-los em informações para análise posterior.

Em relação ao objetivo geral da pesquisa, pode-se dizer que a experiência profissional como servidor público não influencia no processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento dos funcionários do IAPAR. Como principais fontes que influenciam nesse processo de tomada de decisão, os pesquisados apontaram a experiência prática e o contato familiar.

Em relação ao objetivo geral da pesquisa, pode-se dizer que a experiência profissional como servidor público não influencia no processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento dos funcionários do IAPAR. Como principais fontes que influenciam nesse processo de tomada de decisão, os pesquisados apontaram a experiência prática e o contato familiar.

Referências

GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; FURNEAUX, C.; PALM, C. Financial literacy and pension investment decisions. *Financial Accountability & Management*, EUA, v. 27, n. 3, p. 286-307, 2011.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: Um estudo de caso com servidores públicos. In: *Seminário em Administração*, 12., 2009, São Paulo. Anais... Disponível em:

<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/341.pdf>>. Acesso em: 15 dezembro 2011.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). Vida & Dinheiro: Educação Financeira. Disponível em: <www.vidaedinheiro.gov.br>. Acesso em: março 2012.

ENGLAND, J.; CHATTERJEE, P. Financial education: a review of existing provision in the UK. UK: Department for Work and Pensions, 2005. Disponível em: <www.dwp.gov.uk/asd/asd5/rports2005-2006/rrep275.pdf>. Acesso em: 06 abril 2012.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond. The World Bank, Oct. 2005. Disponível em: <http://servizi.econ.unito.it/cerp/site/attachments/holzmann_paper/view?searchterm=holzmann>. Acesso em: 17 março 2012.

LUCCI, C. R.; ZERRENER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: Seminário em Administração, 9., 2006, São Paulo. Anais... Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf>. Acesso em: 15 dezembro 2011.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for Financial Education Programs. Michigan Retirement Research Center Research Paper No. WP 2006-144. Dec 2006. Disponível em: <<http://www.mrrc.isr.umich.edu/publications/papers/pdf/wp144.pdf>>. Acesso em: 12 março 2012.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies. Paris, 2005.

PENG, T. M.; BARTHOLOMAE, S.; FOX, J. J.; CRAVENER, G. The impact of personal finance education delivered in high school and college courses. Journal of Family and Economic Issues (JFEI), v. 28, n. 2, p. 265-284, 2007.

PINHEIRO, R. P., Educação financeira e previdenciária, as novas fronteiras dos fundos de pensão. Fundos de Pensão e Mercado de Capitais. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

RIBEIRO, C. A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. A.; TRINDADE, L. L.; MALLMAN, E. I. Finanças Pessoais: Análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de Administração. In: Seminário em Administração, 12., 2009, São Paulo. Anais... Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/385.pdf>>. Acesso em: 15 dezembro 2011.

ROBERTS, J. A.; JONES, E. Money attitudes credit card use and compulsive buying among american college students. Journal of Consumer Affairs. v. 35, n. 2, p. 213-240, 2001.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, E. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista da Administração Pública [online], v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: Uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. Revista de Administração da UNIMEP. v.9, n. 3, Setembro/Dezembro-2011. Disponível em: <<<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>>>. Acesso em: 15 dezembro 2011.